

**Manifestação do Ministro Gilmar Mendes, no encerramento do
II Encontro Nacional do Judiciário
Belo Horizonte, 16/02/2009**

Senhores,

No encerramento destes trabalhos, gostaria de agradecer a contribuição efetiva de todos que participaram do diagnóstico e do desenvolvimento deste trabalho de planejamento. Dirigentes dos tribunais, magistrados, servidores e associações.

Foram dados os primeiros passos e alcançado o primeiro degrau de muitos que se pretende galgar. Não nos aflijamos com o tamanho da empreitada, porque estamos procurando conhecer a fundo a complexidade e a diversidade da nossa atividade, com a cautela responsável e necessária ao atual gestor judicial.

Quero reconhecer o esforço conjunto dos Tribunais e o CNJ para a construção do mapa estratégico e a definição desses objetivos nacionais que hão de nos orientar na eleição de prioridades e balizar o direcionamento dos recursos humanos, tecnológicos e orçamentários.

Hoje... consolida-se a base estruturante do planejamento estratégico do Poder Judiciário Nacional e o compromisso da atuação institucional da magistratura, com vistas a desenvolver e aprimorar os serviços judiciários.

O ponto central a ser buscado na gestão estratégica é o equilíbrio no alcance dos objetivos que aqui definimos. Não há celeridade sem cidadania ou responsabilidade social; pouco adianta acesso à justiça (porta de entrada) se não houver efetividade no cumprimento da decisão proferida; não se faz gestão estratégica alinhada e integrada se não há orçamento compatível e proporcional; de nada valem ferramentas tecnológicas potentes se os magistrados e servidores não estiverem capacitados para a sua operação. A construção desproporcional dos pilares, assim como a não-construção de algum deles, pode comprometer a estrutura.

Neste primeiro ano de planejamento estratégico nacional, durante o período de alinhamento e integração, torna-se imperiosa a redução das grandes desigualdades entre os diversos segmentos da Justiça Brasileira. Para tanto, considerando a manutenção dos recursos disponíveis, propõem-se 10 metas nacionais de nivelamento a serem alcançadas pelo judiciário no ano de 2009, a saber:

1. Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.
2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).
3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet).
4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos.
5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.
6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.

7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.
8. Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud).
9. Implantar núcleo de controle interno.
10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

O alcance destas metas representará ganhos fundamentais ao enfrentamento dos grandes desafios que elencamos como objetivos estratégicos, e nos dará sustentabilidade para os próximos passos dessa caminhada.

Conduziremos ações concretas para cumprimento destas metas e daquelas que forem estabelecidas no âmbito de cada tribunal, como desdobramento da estratégia nacional, tendo em mente os grandes objetivos que foram distribuídos nos seguintes temas: eficiência operacional, acesso ao sistema de justiça, responsabilidade social, alinhamento e integração, atuação institucional, gestão de pessoas, infra-estrutura e tecnologia e orçamento.

Nossos processos internos garantirão efetividade aos valores da celeridade, da modernidade, da acessibilidade, da transparência, da responsabilidade social e ambiental, da imparcialidade, da ética e da probidade.

Alguns dos benefícios que desde logo advirão deste compromisso serão, em síntese, o alinhamento das ações do Poder Judiciário, o compartilhamento de técnicas, a redução da taxa de congestionamento, a utilização adequada da tecnologia da informação, o aperfeiçoamento e capacitação de magistrados e servidores, o acesso e a transparência dos trâmites processuais e a otimização da gestão.

O alcance dos objetivos estratégicos que ora validamos, permitirá ao Judiciário, no médio e longo prazo, ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social. Como consequência, fortaleceremos o estado democrático e fomentaremos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional, concretizando nossa missão, que é a de realizar justiça.

A evolução deste processo de integração é nosso compromisso.

O próximo passo, portanto, é a construção ou o alinhamento do planejamento de cada tribunal aos objetivos estratégicos comuns, aqui consolidados, que pela abrangência e caráter consensual, são aptos a permear qualquer iniciativa de gestão no Judiciário, em todas as suas especialidades, instâncias e regiões. Nas próximas semanas o Conselho Nacional de Justiça editará Resolução com o objetivo de definir prazos e condições mínimas, na esteira do que aqui foi avençado, para a integração do planejamento de cada tribunal à estratégia nacional.

É vital, para o sucesso deste movimento de cooperação e integração para a definição das políticas nacionais do Poder Judiciário, que se agregue alcance plurianual aos planos estratégicos, de forma a evitar a descontinuidade e a desconstrução de esforços que podem marcar o eterno e bienal recomeço.

Que nós, unidos, tenhamos força para enfrentar os grandes desafios da prestação da Justiça, por meio de ações concretas. Conclamo a todos para que envidemos os esforços na execução das metas nacionais de alinhamento, para que ao final deste ano, realizemos novo encontro, oportunidade em que poderemos definir outros desafios, de alcance geral, para o ano de 2010.

O resultado deste trabalho conjunto será compensador e fundamental para o aprimoramento da prestação jurisdicional e a solidificação do Estado Democrático de Direito.

Este grande esforço tem por fim último o ser humano e sua dignidade, seja na dimensão individual, seja como ser social. Ao alcançarmos a eficiência no dizer o direito ou em promover de outras variadas formas a solução dos conflitos, qualificamos as relações humanas, contribuindo para o alcance da paz social.

Declaro encerrado este Segundo Encontro Nacional do Judiciário.